revista portuguesa de pedagogia

Creche, igualdade de género e o direito das crianças à educação

Autor(es): Dias, Regina Célia; Pereira, Fátima; Correia, José Alberto

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:http://hdl.handle.net/10316.2/34420

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/1647-8614_47-2_2

Accessed : 31-Dec-2020 16:27:25

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

digitalis.uc.pt

ANO 47-2, 2013

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

revista portuguesa de pedagogia

Creche, Igualdade de Género e o Direito das Crianças à Educação

Regina Célia Dias[1], Fátima Pereira[2] e José Alberto Correia[3]

Resumo

Este artigo apresenta as conclusões gerais de uma tese de doutoramento, onde foi problematizada a questão social da mulher trabalhadora com filhos na faixa etária dos 0 aos 2 anos de idade, no que se refere à guarda e educação dos seus filhos. Considerando as transformações na condição feminina e na vida das crianças, a creche foi considerada enquanto um espaço de práticas sociais das famílias, um espaço da prática profissional das educadoras e como um dos espaços de construção de uma nova cultura da infância e da sua socialização. Foram analisados os discursos de educadoras e dos pais e mães, os quais revelaram um processo em curso de construção de novas linguagens que vêm afirmando o caráter educativo da creche, assim como reconfigurando as conceções sobre a maternidade, o trabalho feminino, a paternidade e sobre a infância e o direito da criança de 0 aos 2 anos à educação.

Palavras-chave: educação de infância; igualdade de género; creche e cidadania

Introdução

O século XX assistiu à emergência de novos sujeitos sociais que reclamaram o seu reconhecimento, quer no plano social, quer no domínio dos direitos. Foram grandes as mudanças trazidas pela afirmação destes novos sujeitos sociais, sobretudo nas quatro últimas décadas do século passado. Às suas lutas pelos direitos políticos, as mulheres juntaram a luta pelos direitos sociais, trazendo para a cena pública as questões relegadas para a esfera privada. A educação e a socialização das crianças com idade inferior à da entrada na escola foram palco de profundas transformações, acompanhando as mudanças na família, lugar habitual da reprodução social. A entrada

1 Sem enquadramento institucional. Email: reginacdias@sapo.pt

2 Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE), Universidade do Porto

3 Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE), Universidade do Porto

10.14195/1647-8614_47-2_2

das crianças pequenas no espaço público propiciou uma revisão das conceções a respeito da infância e da criança e a sua afirmação como sujeito social e de direitos.

A politização do social e do cultural abriu o campo da cidadania para a emergência de novos sujeitos que reclamaram uma nova cidadania que, ultrapassando os marcos da cidadania liberal, exigiram o reconhecimento das suas reivindicações como legítimas na cena política. Assim, a partir da entrada das mulheres com filhos, cada vez em maior número, no mercado de trabalho, a socialização das crianças pequenas deixou de ser um problema da família e da mulher, tornando-se uma questão pública que interrogava as imagens e representações a respeito dos papéis femininos e masculinos na família e na sociedade e das conceções e práticas sobre a criança e sua socialização.

Neste contexto, a educação infantil, em especial aquela destinada às crianças dos 0 aos 2 anos, é um campo onde se assiste a um amplo processo de construção de imagens e de referências relativas à infância, às crianças, à mulher, às famílias, à responsabilidade com os mais pequenos e aos direitos sociais.

Deste modo, a educação de infância se tem constituído numa das faces reveladoras de uma nova relação (em construção) das mulheres e dos homens com a maternidade, com a paternidade, com a criação dos filhos, com os laços conjugais e com o trabalho profissional da mulher.

Educação de 0 aos 2 anos: uma questão de género

A ideia do direito à educação da criança dos 0 aos 2 anos é muito recente e tem exigido a abordagem e a crítica de conceções construídas em torno da naturalidade e da universalidade da infância, da criança, da maternidade e da mãe-trabalhadora. As inúmeras práticas sociais e culturais, bem como os estudos feministas, os estudos sobre as mulheres e os estudos de género e os novos estudos sociais da infância sobre as transformações nas condições de vida das crianças e das mulheres vêm revelando novos sujeitos e novos direitos que exigem uma política social e educativa, bem como uma pedagogia que considere a mulher e a criança como construções sociais e históricas.

A diversidade das condições de vida das mulheres e das crianças fez emergir novos objetos e questões para os quais as investigadoras, feministas ou não, começaram a olhar e a incluir nas suas investigações. E, ainda que

> a descoberta da origem da 'mãe moderna' a partir do modelo rousseauísta, proposta por Elisabeth Badinter tenha sido fundamental para se reforçar o questionamento do padrão de maternidade que havia vigorado inquestionável

> até aos anos 60 e reforçar a luta feminista pela conquista de novos direitos (Rago, 1998, p. 13),

a maternidade continua a ser um mito no campo da educação. A ampliação dos direitos e da cidadania das mulheres e das crianças não tem encontrado correspondência para o caso das mães, especialmente na fase aqui considerada, assim como para o caso das crianças dos 0 aos 2 anos. A longa invisibilidade e subalternidade histórica e social das crianças e das mulheres relativamente a uma sociedade predominantemente masculina e adulta têm dificultado o reconhecimento de que as transformações em curso estão a gerar uma maior diversidade nas formas de ser mulher, trabalhadora e mãe, bem como o conhecimento e reconhecimento de que as ações das crianças, inclusive as das mais pequenas, são dotadas de sentido com lógica própria.

Historicamente, a criança até aos dois anos de idade esteve associada ao espaço privado e esteve sob a responsabilidade das mulheres, fosse a mãe, a empregada doméstica, a ama de leite, a avó, a vizinha ou uma parente próxima; nos casos de abandono e orfandade eram acolhidas por instituições filantrópicas e religiosas. Portanto, falar do direito da criança dos 0 aos 2 anos de idade à educação pública constitui uma novidade social e cultural construída pela prática social, sobretudo a partir da segunda metade do século passado.

No entanto, o reconhecimento desse direito tem enfrentado resistências de um certo discurso científico, dominante na área da educação, que afirma a irracionalidade, a naturalidade e a universalidade da criança dos 0 aos 2 anos e constrói a criança como um ser em devir, cuja socialização 'natural' deve ser feita no espaço privado da casa onde está resguardada e protegida na sua inocência e vulnerabilidade.

Este discurso está inscrito na lógica do pensamento moderno ocidental, construído a partir de oposições binárias onde a criança, à semelhança da mulher, considerada sua primeira e fundamental educadora nessa fase da vida, é representada como "o simétrico da adultez, o privado que se opõe ao público, a natureza que se opõe à cultura, o irracional ao racional, a dependência à independência, o inacabado ao acabado, a passividade à atividade, a incompetência à competência, o brincar ao trabalhar" (Almeida, 2011, p. 142).

O processo de socialização, nesta lógica, toma a criança como um ser passivo, onde a criança associal é convertida num adulto socializado (Pereira, 2007). A criança, especialmente nesta faixa etária, é tomada como objeto ou produto da ação adulta e caracterizada como ser social inacabado, que transpõe a linha entre a natureza e o mundo social através da socialização realizada pela família e, particularmente, pela mulher no seu papel de mãe.

Em consonância com essa conceção, na política pública para a pequena infância em Portugal, prevaleceu um modelo 'maternocêntrico de guarda' (Vieira, 2011) até meados do século passado, o que conduziu à inexistência de oferta pública de educação antes do ensino obrigatório. A partir da década de 1960, a tendência começou a inverter e, num curto espaço de tempo, as crianças com menos de 6 anos passaram a frequentar a pré-escola, com oferta pública, e a creche, sem oferta pública.

Mesmo num contexto de profundas mudanças políticas, económicas, sociais e culturais a partir de 1974, a força do modelo 'maternocêntrico' contribuiu para que 20 anos separassem a inscrição do direito à educação de infância e a definição do sujeito de direito na Constituição Portuguesa. Assim, a educação pré-escolar constituiu-se como um direito da criança à educação pública logo após a Revolução de Abril. O direito à creche, por sua vez, constituiu-se como direito de homens e mulheres para a conciliação entre trabalho profissional e vida familiar, apenas em 1997. A definição do sujeito de direito e a conceção de criança e de sua socialização foi fundamental na formulação dos objetivos e funções da creche e do jardim de infância, sendo que para a primeira prevaleceu o atendimento às necessidades básicas da criança e o desenvolvimento sensorial, motor e afetivo; para o segundo, a centralidade das atividades educativas no início do percurso escolar das crianças.

Atualmente, a educação de infância reconhece legalmente o direito à educação para as crianças dos 3 aos 5 anos, e a educação das crianças dos 0 aos 2 anos permanece vinculada às políticas públicas de família, cujo conceito se refere, genericamente, às ações governamentais dirigidas às famílias e aos agregados domésticos privados com o objetivo de regular e apoiar a vida familiar (Wall, 2011). As políticas adotadas depois da Revolução do 25 de Abril de 1974 foram orientadas por conceções de família, de maternidade e de trabalho feminino, radicalmente opostas àquelas em vigor durante o Estado Novo.

Durante o Estado Novo, a política de família estava centrada no modelo único de família, onde os papéis da mulher e do homem estavam rigorosamente definidos. Ao marido e pai cabia o sustento da família, bem como as funções de autoridade e guardião da moral e de proteção dos membros da família. A maternidade, o trabalho doméstico e os cuidados prestados aos membros dependentes da família, fossem crianças ou idosos, eram enaltecidos como as funções 'naturais' das mulheres. Neste contexto, as instituições para as crianças com menos de 6 anos não encontravam lugar na política do Estado, ficando os necessitados sem família a cargo das misericórdias e outras instituições religiosas.

As alterações introduzidas com o 25 de Abril romperam com a ideologia do Regime anterior, ao adotar um modelo de família mais democrático com a valorização

da autonomia da mulher através do direito ao trabalho profissional, com o apoio do Estado na função de guarda das crianças, e da promoção da igualdade de direitos e deveres do casal através de mudanças na legislação (Wall, 2011). Entretanto, essa mudança não foi suficiente para vincular o atendimento das crianças em creches ao direito das crianças muito pequenas à educação, condição que se tem revelado fundamental para a afirmação do caráter positivo da creche.

Como já referido, o atendimento das crianças de 0 aos 2 anos em Portugal foi inscrito na Constituição em 1997 como direito de todos os trabalhadores, homens e mulheres, à conciliação entre a vida profissional e vida privada e, nos últimos quinze anos a política de conciliação invocou dois argumentos diferentes, mas conciliáveis – os governos socialistas (XIII, XIV, XVII) de 1995 a 2002 e de 2005 a 2009 invocaram a promoção da igualdade de género e os do PSD/CDS (XV e XVI) de 2002 a 2005, a necessidade de fortalecer os laços familiares. No que diz respeito à política dos serviços de guarda e educação, as transformações foram significativas e realizadas em duas fases durante os governos socialistas. Na primeira, a ênfase foi na expansão do pré-escolar e no prolongamento dos horários nos estabelecimentos públicos. Na segunda, implementada sobretudo a partir de 2005, a tónica foi colocada na expansão das creches e no prolongamento dos horários nas escolas públicas do 1º ciclo do ensino básico, através das atividades de enriquecimento curricular. A taxa de cobertura, no caso dos serviços de guarda das crianças com menos de três anos, passou de 23% no início da década para 34% em 2009 (Wall, 2011).

A partir das transformações sociais e legais e das relações de género, a guarda e o cuidado das crianças muito pequenas passaram a ser questionados como tarefa exclusiva da família, e em especial das mães. Neste sentido, as instituições de educação de infância passaram a constituir uma das mais efetivas medidas para conciliar responsabilidades familiares, ocupacionais e sociais, contribuindo para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e para a partilha das responsabilidades parentais na família.

Assim, o questionamento da socialização da criança de 0 a 2 anos demandou o conhecimento das conceções e práticas que as mães e os pais com filhos na creche e as educadoras que trabalham em creche estavam a construir sobre a família, o trabalho da mulher extra lar e sua conciliação com a maternidade. Igualmente relevante foi conhecer as conceções dos sujeitos da pesquisa sobre a criança e a infância e sobre a creche enquanto alternativa de educação das crianças dos 0 aos 2 anos, de modo a perceber as relações entre o seu conhecimento, o conhecimento orientador das políticas e práticas na área do atendimento à criança pequena e o conhecimento produzido pelos movimentos sociais.

O percurso metodológico

O paradigma de referência da investigação foi o da abordagem qualitativa, pela ênfase que atribui à ação enquanto uma ação que abrange o comportamento e os significados que lhe são atribuídos, pelos sujeitos sociais, através das interações sociais e esteve na origem da delimitação do objeto de estudo, constituído pela rede de interpelações entre diversos discursos teóricos e os discursos empíricos, e das opções metodológicas (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 2010).

Para a consideração das práticas sociais como práticas de conhecimento foi fundamental a epistemologia dos conhecimentos ausentes e dos agentes ausentes, que considera as práticas sociais como conhecimentos rivais e alternativos à ciência. Deste modo, busca reabilitar o senso comum através do reconhecimento das suas virtualidades, bem como da sua dimensão utópica e libertadora e da sua capacidade de incorporar outros tipos de conhecimentos, originando uma nova racionalidade composta por muitas racionalidades (Santos, 2000). Ainda de acordo com o autor anteriormente citado, ao reconhecer o outro como produtor de conhecimento numa realidade multicultural, a produção do conhecimento revela as necessidades e aspirações de grupos sociais, cujas formas de saber foram objeto de destruição, tendo como referência os valores universais autorizados pela razão, como os de uma raça, de um sexo e de uma classe social.

Esse reconhecimento supõe operar com as constelações de conhecimentos, o que significa reconhecer que são várias as linguagens que permitem a descrição e redescrição do mundo e que nenhuma delas corresponde à maneira como as coisas de facto são. Durante um processo de mudança, segundo Rorty (1994), as linguagens e as práticas sociais emergentes buscam redescrever o mundo de novas maneiras, criando um novo 'padrão de comportamento linguístico', que se transformará em referência para novas e apropriadas formas de 'comportamento não linguístico'. O processo de invenção de um novo senso comum emancipatório supõe a invenção de novas subjetividades individuais e coletivas, dispostas a incorporar na sua prática social os novos padrões dos conhecimentos orientados para a solidariedade.

Nesse processo de subjetivação, aqueles que antes não contavam porque destituídos da palavra que exprime mais do que sofrimento e necessidades, instituem a cena política através da palavra transgressora, ao exigirem o seu reconhecimento enquanto sujeitos falantes, dotados de uma palavra. Instauram o litígio como uma relação em que as partes exigem ser tomadas como legítimas e iguais, quando trazem para a cena pública o que antes estava silenciado ou fixado como invisível e indizível (Rancière, 1996).

Mulheres e crianças têm uma longa história de exclusão e silenciamento, reveladas, académica, social e politicamente, sobretudo nas últimas décadas do século

XX. A afirmação e a manifestação dos seus direitos, através da palavra transgressora, denunciaram as relações sociais produtoras e reprodutoras das desigualdades, tanto material como simbólicamente, colocaram em questão as regras de equidade e justiça, os consensos estabelecidos, as identidades e lugares definidos, abalaram certezas.

Nesta perspetiva, os textos e discursos educativos produzidos pelos sujeitos foram tomados como peças fundamentais porque não são considerados apenas como instrumentos de cognição de uma realidade exterior e pré-existente ao discurso. A sua produção implica a produção do próprio objeto do discurso e constitui o próprio fenómeno educativo. Significa qualificar a prática social onde os discursos silenciados ou marginalizados e os imaginados e emergentes são produzidos em contextos locais de disputa que produzem novas legitimidades educativas que interpelam o justo e o injusto (Correia, 1998).

Neste sentido, a abordagem da problemática da construção do direito da criança e da mulher no campo da educação da infância foi trabalhada tendo em conta o campo fluido da construção social das práticas e dos problemas educativos e a capacidade instituinte dos sujeitos no processo de construção de uma nova ordem onde operam diferentes racionalidades, ordens justificativas e lógicas argumentativas que se interpelam.

A pesquisa foi realizada numa creche autárquica de um concelho do distrito do Porto, com recurso a entrevistas de tipo biográfico com cinco pais e cinco mães e entrevistas semiestruturadas com as quatro educadoras da creche e a aplicação de um questionário a todos os pais/mães da creche, com a intenção da compreensão e da interpretação das mudanças nas conceções de creche, família e criança, através da consideração da rede de relações na qual se cruzam e interpelam discursos científicos e discursos narrativo-biográficos, histórica e socialmente constituídos.

As mães e os pais focaram a sua narração nas vivências familiares, escolares e profissionais, em questões relacionadas às relações de género, e nas questões relacionadas com a educação dos filhos no espaço público e coletivo. As educadoras discorreram sobre a escolha da profissão, a formação e a experiência profissional, sobre a conciliação entre maternidade e trabalho, e sobre conceções de educação e de creche, dado que o objetivo foi conhecer o discurso elaborado a partir da experiência como educadora de crianças dos 0 aos 2 anos de idade. As entrevistas foram realizadas na creche em horário acordado com os participantes em uma reunião prévia com os mesmos. Entre as condições acordadas para a realização das entrevistas estava a garantia do anonimato dos entrevistados através da não utilização dos nomes verdadeiros e a revisão da transcrição das entrevistas.

A escolha das narrativas de vida foi orientada pelo facto de constituírem um importante instrumento de aproximação com os saberes práticos construídos no mundo social pelos sujeitos que experienciam uma dada situação, e porque

permitem identificar mecanismos e processos através dos quais os sujeitos chegaram a uma determinada situação, focando os contextos sociais nos quais eles adquiriram pela experiência, um conhecimento prático. Na perspetiva etnossociológica, o estudo da ação encontra na forma narrativa um importante recurso por proporcionar informações sobre o encadeamento de situações, de interações e ações (Bertaux, 2010).

A intenção foi conhecer as conceções dos sujeitos ausentes sobre a educação de 0 aos 2 anos em creche, tendo em conta as mudanças verificadas nas conceções orientadoras das políticas de família e nos papéis assumidos pelas mulheres no contexto da democracia portuguesa. Diante de mudanças sociais, políticas, económicas e culturais tão profundas, importava saber quais as repercussões que as mesmas estavam produzindo sobre a subjetividade das pessoas que quotidianamente estão a viver e produzir as mudanças nas formas de criação dos filhos e nas relações de género.

Mulher, família e creche: direitos em construção

As mudanças que vêm ocorrendo na família e as formas como as famílias as vêm vivendo e simbolizando têm suas referências nas definições instituídas pelos vários discursos médicos, jurídicos, religiosos, psicológicos e pedagógicos e no discurso feminista. A tensão gerada entre os modelos sociais sobre o que deve ser a família e os discursos das próprias famílias sobre si são reveladoras das formas como homens e mulheres estão construindo a representação do seu lugar na sociedade e na família e problematizando o destino social e pessoal construído na dimensão privada da vida social.

Na luta por igualdade, as mulheres vêm construindo um espaço público no qual seus interesses, razões e vontades possam ser reconhecidos e elaborados na sua legitimidade. A conciliação do trabalho com a maternidade, questão que se revelou como fundamental na experiência dos(as) entrevistados(as), já não é um problema da esfera privada. Para além das continuidades das tradições, o problema agora insere-se na esfera do direito como forma de subjetivação política, direito como prática efetiva, direito como "'modos de julgamento' das circunstâncias que, pelas suas consequências, afetam a vida em sociedade" (Telles, 1992, p. 57).

As experiências que estão construindo as diversas figuras da família articulam práticas, representações e tradições, comportam a diversidade produzida na sociedade e estão expressas nos discursos dos pais e das mães com filhos na creche, sujeitos desta investigação.

Os discursos produzidos como expressão do significado e da explicação da realidade vivida estão, histórica e socialmente, referenciados e comportam uma singularidade dada pela construção que cada família faz da sua própria história.

A descrição do mundo que vem sendo elaborada pelos pais e mães no novo contexto, que em Portugal se configura como radicalmente diferente do período anteriormente vivenciado, para além de interrogar as verdades estabelecidas, mostra a existência de linguagens alternativas emergentes que expressam posições e entendimentos sobre a educação das crianças de 0 aos 2 anos.

As mudanças introduzidas nas leis foram a expressão das transformações reivindicadas e já em curso na vida das famílias, como atestam os diferentes arranjos familiares dos entrevistados, tanto os de origem como aqueles que formaram. Estão presentes o casamento, a união de facto, o divórcio, a família monoparental, a família recomposta, a família extensa, a família unipessoal, a família recomposta extensa, que ocorreram em diferentes momentos da vida de cada um deles. A dimensão da transformação torna-se mais clara diante da estatística que mostra que em 1950, 95% dos casamentos realizados celebravam a união de solteiros. Em 2006, cerca de 21% já eram segundas uniões de pessoas divorciadas, na sua maioria. A imagem do homem provedor e da mulher doméstica foi igualmente abalada, sendo poucos aqueles que hoje reproduzem o modelo de casal internamente muito desigual (Aboim, 2011).

Os pais entrevistados revelaram, nos seus discursos, a construção em curso da rejeição do modelo autoritário, através da legitimidade conferida ao trabalho profissional da mulher e pela afirmação da importância de uma maior participação do homem na vida familiar, seja nas tarefas domésticas, seja nos cuidados dos filhos e pela incorporação de qualidades como a compreensão e a afetividade no léxico da masculinidade, embora a afirmação seja, em muitos casos, mais ideal do que real, realidade confirmada tanto pelas mães quanto por alguns dos pais.

Essa discrepância foi revelada por estudos realizados em 2002, quando 90% dos portugueses atribuíam a ambos os cônjuges a responsabilidade de sustentar a família e mais de 80% considerava que os homens deviam ter uma maior participação nas lides domésticas e nos cuidados com os filhos. Entretanto, persistia alguma dualidade em relação ao papel das mulheres na família e na sociedade. Ao mesmo tempo que apontavam para a família de dupla carreira como modelo conjugal aceitável e desejável, permaneceram as formas idealizadas de mãe e da socialização da criança pequena, quando cerca de dois terços dos portugueses continuavam a considerar que ter um lar e filhos eram o mais importante para as mulheres, ao mesmo tempo que acreditavam que o trabalho feminino tinha um impacto negativo sobre os filhos pequenos. Além disso, se para metade dos homens e das mulheres, o trabalho feminino não impedia a boa relação entre mães e filhos, apenas 12% aderiu à ideia

do trabalho feminino ser a tempo inteiro, durante os primeiros cinco anos de vida das crianças (Aboim, 2011).

Para as mães entrevistadas no nosso estudo, o problema da divisão das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos tem-se constituído numa das grandes questões para a igualdade de condições no casal, uma vez que as responsabilidades financeiras de sustento do lar são partilhadas por ambos e a dupla jornada para a mulher está na origem da insatisfação com uma situação identificada como injusta, do cansaço e da falta de tempo para dedicar-se ao lazer e ao cuidado de si própria. As mães expressaram assim a sua vivência da conjugalidade associada ao trabalho e à maternidade:

> Posso dizer que tive mais a ajuda da irmã dele, do que propriamente dele. Ele e o meu cunhado assistiam. Eram a plateia. Ainda ontem chateei-me com ele: - Ó Manuel podias-me ajudar mais, também tou cansada, quero ir descansar. – Ó, eu sei querida, que tens razão, mais não sei quê... mas sabes como é... eu já disse a ele que aos pouquinhos, aos pouquinhos, eu vou fazer com que ele me ajude mais. Por exemplo, acabamos de jantar, se eu disser assim: Ó Manuel, ajuda-me a levantar a mesa. Ele ajuda. Ó Manuel, enche-me o biberão de leite para as meninas, ele vai e faz. Mas eu é que tenho que ter a iniciativa de dizer: ó Manuel faz. Ele não é capaz de ir ele e fazer (mãe Márcia).

> E mesmo me chateia não ter um bocado só pra mim. Até me lembro que no princípio a seguir a licença de maternidade, apesar de eu adorar ficar com elas, fazia-me bem ir trabalhar, tinha o dia, estar no gabinete sem ninguém me chatear a cabeça, estava a trabalhar, mas não tinha ali ninguém constantemente ó mãe e não sei que e ... lembro-me de ter essa sensação de (alívio)! Era um escape. Estar sozinha comigo mesma. Às vezes sinto falta disso. Ocupam o tempo todo (mãe Cecília).

Os pais, por sua vez, assumem a necessidade da maior participação na divisão das tarefas, tendo em conta a situação de duplo emprego do casal, reconhecem a sobrecarga que representa para a mulher e vão assumindo suas responsabilidades de acordo com as negociações estabelecidas pelo casal, de acordo com suas convicções, valores, situação económica e pelas circunstâncias de vida. Os relatos que se seguem dão conta das diferentes motivações dos entrevistados:

> O facto de estarmos sozinhos, eu e a minha esposa levou-nos a que tivéssemos que decidir e partilhar tarefas, não é? Realmente! Não só teoricamente! (risos) Temos tarefas de casa completamente divididas, a maior parte das vezes até sou eu que cozinho, mas se chego mais tarde ou ela chega mais tarde, cada um acaba por assumir as tarefas do parceiro, logo que elas se resolvam, não é? (pai Carlos).

> A minha mulher tirou o curso de cabeleireira, tem o salão dela agora. Com três filhos e tirar o curso de estética, ir para o Porto, à volta das 5 e meia, 6 horas da manhã, apanhar o comboio, é preciso ter muita paixão. E depois tinha a lida da casa, mas vestir as crianças e trazê-las para o infantário era eu que fazia. Os primeiros dias foram terríveis pra mim. Eu levantava-me com a minha mulher, acordava as crianças, eu tinha que trabalhar às nove, nunca chegava às nove ao trabalho. Eu via-me desgraçado, porque eu pra vestir... É assim, eu pra pegar o jeito, o traquejo pra vestir as crianças e tudo de manhã, tem o pequeno almoço... Mas lá me safei até a minha mulher terminar o curso. Até foi curioso e por um lado foi bom porque agora é muito mais fácil pra mim porque aprendi a lidar com os miúdos. Agora é assim, ela veste um, eu visto o outro... Já ajudamos e conseguimos sair de casa mais cedo do que antigamente. (risos) Antes ela fazia tudo e eu estava ali à espera, por assim dizer. E agora é bom porque ajudo (risos) (pai Sandro).

As mulheres entrevistadas identificaram-se como trabalhadoras que optaram por viver em casal e ser mães, fosse por escolha ou por acidente. Todas as entrevistadas, tendo terminado ou não o percurso escolar, elegeram o trabalho como um objetivo para suas vidas, à semelhança do que haviam feito suas mães, com exceção da mãe de uma das entrevistadas que nunca trabalhou fora.

Desta forma a sociedade portuguesa passou de uma sociedade que destinava todas as mulheres para o casamento e para a maternidade, baseada na ideia da universalidade da mulher e na naturalidade biológica do seu papel, para uma sociedade onde a nova mulher portuguesa assume novos papéis e reivindica novos direitos consagrados pela diversidade que questiona a ideia da mulher e mãe universais. Esta é a mudança que vem interpelando as tradições culturais e os discursos religiosos, morais, científicos e legais e as políticas sociais e construindo novas linguagens que redescrevem as relações de género a partir de um novo 'padrão de comportamento linguístico' que está se constituindo em referência para novas formas de 'comportamento não linguístico' (Rorty, 1994).

Na medida em que o incremento no número das mulheres portuguesas no mercado de trabalho coincidiu com uma certa abertura da sociedade para as tendências europeias que refletiam as liberdades reivindicadas pelos movimentos do Maio de 68, significou para as mulheres mais do que suprir necessidades de ordem económica. Ainda que de forma lenta, mas insistente, as lutas e manifestações pela emancipação feminina, duramente reprimidas pelo regime salazarista, colaboraram para a construção de uma prática social e de discursos no feminino sobre a mulher e seus papéis, especialmente em relação à conciliação entre trabalho e maternidade.

Para as mães entrevistadas é possível e até mesmo desejável que a mãe continue a trabalhar depois do nascimento dos filhos. A ideia da mulher confinada ao lar suscita nessas mães uma certa condição feminina, que é rejeitada justamente porque a relacionam com submissão, ignorância e dependência, para além da renúncia de si própria e da abnegação inerentes ao ofício de dona de casa e mãe a tempo inteiro. Se a conciliação do trabalho com a maternidade tem sido conflituosa e tem revelado dificuldades em relação a gestão do tempo, onde o mais difícil tem sido precisamente reservar tempo para si próprias, as mulheres encontram no trabalho e nas relações que o mesmo propicia uma nova identidade à qual associam expectativas de liberdade pessoal, de autonomia, de respeito e valorização individual, bem como o acesso a novos estilos de vida. A vida conjugal associada a ser trabalhadora e mãe, vem se constituindo como o lugar que essas mulheres elegeram para travar a sua luta quotidiana na conquista de uma maior igualdade de condições com os homens. Suas convicções foram assim relatadas:

> Acho que não me realizava como mãe a tempo inteiro, acho que não. Gosto do que faço (mãe Cecília).

> E ficar em casa pra quê? É que antigamente até se compreendia que as mulheres tinham, não tinham outra solução. Elas tinham que se sujeitar a isso e eu acho que nós ficamos mais, entre aspas, burras estando em casa. Eu estive uma semana em casa depois de desistir de trabalhar lá. Eu nessa semana entrei... tipo, já tenho tudo feito, e agora? Vou fazer outra vez a mesma coisa? Não. Não me dou em casa parada... não é necessário uma mulher estar em casa, não acho importante (mãe Adelina).

A escolha do trabalho como uma prioridade da vida, associada à vida conjugal e à maternidade, tem permitido a essas mulheres vivenciarem uma realidade que as coloca na posição de negociadoras de novas relações no casal. A demanda por maior participação dos companheiros nas atividades domésticas e nos cuidados com os filhos tem sua origem na impossibilidade de realizar todo o trabalho advindo do acúmulo de tarefas e do cansaço que daí resulta. A partilha das responsabilidades parentais e das tarefas diárias vem sendo encarada como uma exigência das atuais condições de vida da mulher e como um fator de igualdade no casal, bem como do contexto de vida dos casais que já não podem contar com familiares e vizinhos próximos ou recorrer a formas tradicionais de gestão da vida doméstica, como por exemplo, a empregada doméstica e os filhos mais velhos de uma família numerosa.

Assim, no caso das mães entrevistadas, diferentes circunstâncias as levaram a negociar uma maior equidade nas relações conjugais, como por exemplo, as exigências da profissão, a formação exigida para o trabalho, o horário de trabalho alargado e a dificuldade em assumir a maternidade. Os companheiros, por sua vez, têm respondido a partir do confronto entre as suas experiências na família de origem e sua situação económica e social com as experiências de família da mulher num contexto social e cultural transformado e atravessado por novas demandas e novos discursos.

A necessidade da divisão das tarefas quotidianas pelo casal tem igualmente propiciado uma reflexão sobre as diferenças consideradas naturais, nomeadamente aquela referente à competência 'natural' da mulher no cuidado das crianças com menos de dois anos. De acordo com os relatos dos pais entrevistados, a participação na partilha dos cuidados dos filhos encontra mais aceitação, até porque é desejada pelos pais, do que a divisão das tarefas domésticas. À medida que o desejo, a par da necessidade, impõe a maior participação dos pais, os ideais de paternidade e de maternidade vão sendo reelaborados e ressignificados, a partir da tensão gerada entre as referências dos vários discursos que os instituíram e os sentidos que os indivíduos atribuem à experiência de família que vivenciaram e que estão vivenciando. Tem sido nesta tensão que os pais e as mães vêm construindo novas representações sobre o seu lugar social e pessoal na sociedade e na família e atribuindo novos significados ao que é ser mãe e mulher e ser pai e homem, ou seja, estão a construir a parentalidade, a feminilidade e a masculinidade na singularidade da sua própria história, o que remete para a diversidade de famílias com suas práticas, representações e tradições.

A democratização da sociedade portuguesa nas últimas décadas levou à pluralidade de estilos de vida, onde a crescente autonomia e igualdade das mulheres e a importância da realização pessoal se tornaram elementos essenciais para o questionamento dos papéis e das identidades tradicionais. Segundo Aboim (2011, p. 110), "se a conjugalidade se tornou um assunto cada vez mais privado, porque menos dependente de regulações exteriores, ser casal é também, cada vez mais, um assunto público, uma arena onde se jogam direitos fundamentais de cidadania". Neste sentido, os discursos científico e político, dos pais e mães sobre a igualdade entre homens e mulheres no exercício da parentalidade e sua conciliação com a vida profissional, dão-nos conta das tensões e contradições entre o universo público da cidadania e a prática social relativamente a ter e criar filhos numa sociedade em mudança, e revelam a complexidade de um processo marcado pela disjunção entre a ordem legal, que prevê a igualdade, e a diversidade na superação das desigualdades, na trama das relações sociais.

Criança dos 0 aos 2 anos: o direito à educação

As transformações nas relações de género, enquanto uma nova racionalidade, estão criando novas formas de vida que formulam uma outra legitimidade e uma outra justiça para o campo da educação, não só porque as mulheres que optaram pela dupla identidade impuseram a redefinição da maternidade e da paternidade tradicionais, mas sobretudo porque estão produzindo uma crítica sobre as políticas adotadas para a conciliação entre trabalho e maternidade, particularmente àquela referente à oferta dos serviços de guarda da criança dos 0 aos 2 anos.

A escolha da creche para a guarda e educação dos filhos, pelos pais e mães entrevistados, foi orientada por diversos motivos, mas teve a sua origem no trabalho profissional da mulher, agora conceptualizado para além de uma necessidade económica da família. Nos discursos, os significados atribuídos ao trabalho da mulher variam consoante aquele que fala. A consideração do trabalho profissional como um direito da mulher aparece nos discursos dos pais como a aceitação do inevitável, uma vez que reconhecem que essa decisão pertence à mulher. No entanto, referem a decisão das mulheres em função de características pessoais, como uma mulher de armas, uma mulher que não se dá em casa, uma mulher com 'genica' e gosto pelo trabalho. No discurso profissional, expresso nos discursos das educadoras, o trabalho profissional da mulher permanece conceptualizado como uma necessidade da família que determina o afastamento da mulher da sua função principal, ainda que o mesmo seja justificado pelo novo contexto social e económico que criou novas demandas para as famílias, especialmente para a educação dos filhos. Para as mães, o trabalho significa independência financeira e realização pessoal, bem como garante uma melhor qualidade de vida para a família. Assim se expressou uma das educadoras:

> (...) a mãe tem que trabalhar, neste momento faz parte do sustento da família. A criança, hoje em dia, precisa de determinados cuidados que o pai e a mãe têm determinadas preocupações que não tinham aqui há dez anos, quinze anos e têm que lhes dar determinadas coisas que são importantes para o seu crescimento e o pai e a mãe têm que trabalhar, têm que se sacrificar e, então, temos que ter instituições com qualidade (...) (educadora Carolina).

A demanda por creche, então, está sendo ressignificada pelas famílias no processo de transformação das relações de género que o discurso científico, expresso no discurso das educadoras, reluta em reconhecer e incorporar como conhecimento válido. Para estas famílias de dupla carreira, o trabalho profissional do casal tem determinado também o afastamento da família de origem com a deslocação para outros concelhos, criando a necessidade de estabelecimento de relações de amizade

e de vizinhança num contexto urbano bastante diferente daquele que vivenciaram nas famílias de origem.

Na formulação da demanda pela creche para a guarda e educação dos filhos, as transformações nas relações de género, na estrutura da família e nas relações de parentesco e de vizinhança estiveram conjugadas nas ponderações e considerações sobre as possibilidades existentes para a conciliação entre o trabalho profissional da mulher e a maternidade. A creche surge como opção a partir da exclusão ou impossibilidade de outras alternativas e pela observação da experiência de terceiros com filhos em creche. Na maior parte dos casos, os pais e as mães afirmaram que apesar da escolha da creche, não tinham uma ideia clara sobre a creche e o trabalho lá realizado, embora a demanda fosse por um serviço profissionalizado.

Neste aspeto, o processo de construção de uma nova conceção sobre a creche tem sido interessante. Num primeiro momento, para aqueles pais e mães que não possuíam nenhuma referência sobre a creche, sendo sua opção orientada pela impossibilidade de recorrer a familiares e/ou pela rejeição da ama e da empregada doméstica, a frequência dos filhos na creche contribuiu para a configuração de uma ideia sobre a mesma. Um ponto fundamental para as mães e os pais, ao princípio, foi um ambiente organizado em função das crianças e a presença de educadoras de infância, como garantia de um serviço profissional e, em tese, mais seguro. Os relatos a seguir mostram duas das experiências da escolha e da construção de uma outra conceção sobre a creche:

> E portanto, entretanto decidimos que sim, que estava na altura de ter a nossa filha, mas já desde essa altura, tínhamos a consciência que independentemente de estarmos na situação em que estamos, ou seja, sem apoio familiar, dependendo de nós próprios ou não, achamos sempre que seria importante que a nossa filha fosse cedo, se calhar não tão cedo, mas desde cedo para a creche. Até porque temos a experiência, temos três afilhados, que nos últimos 10, 15 anos fomos acompanhando, e portanto conseguimos ver a evolução de cada um deles, com características muito diferentes, porque um está na creche desde muito pequenino e os outros dois ficaram em casa com famílias diferentes. E portanto, desde muito cedo começamos a perceber que, se calhar era mesmo boa ideia, mesmo que tivéssemos apoio familiar, ter a nossa filha na creche. Por várias razões, não é? Porque pra já quer eu quer a minha mulher trabalhamos e, portanto, não temos a possibilidade de estar o dia todo com ela. Por outro lado, porque achamos que a questão da socialização com as outras crianças e com outros adultos e num meio que tem regras da sociedade, no fundo, que não são as regras lá de casa, seria muito benéfico para o desenvolvimento dela nesta primeira fase do que estar permanentemente connosco.

> Não que não achássemos que não tivéssemos competências para o fazer, mas se calhar, isso seria muito redutor nas experiências que ela poderia ter (pai Carlos).

> O meu filho é muito mimado, muito pegado a mim, ele é demais, só quer sentir colo, colo, colo. E então não me deixava fazer nada, eu tinha que estar ali sempre porque para mal ele era alérgico ao leite de vaca, não podia tomar leite de vaca, só peito, só peito e eu ficava muito aflita, cansada porque somente queria estar ali, quase não comia, para ter algo, então uma senhora me disse, porque não o põe numa creche, o menino já tem um ano! E eu pronto, agora que ele já tem um ano, trouxe-o para aqui. Olhe que isto é muito bom! Eu não tenho queixas aqui da creche, atendem melhor os meninos, têm uma grande paciência! Sim, melhor numa creche do que ficar em casa, sim! Porque, olhe, ele fica em casa comigo a ver televisão ou a brincar sozinho com os brinquedos, e cá há mais meninos, mais socialização, não é? Porque é assim, ele fala muito mais (mãe Sónia).

Foi, portanto, a frequência dos filhos na creche que constituiu a mais importante base para uma avaliação do serviço e a partir daí para a construção de uma conceção da creche como um serviço de educação e de um conhecimento sobre o educativo na creche. Através da observação da criança no que diz respeito ao seu desenvolvimento global, da sua atitude em relação à creche, da comparação com outras crianças que não frequentaram ou não estavam a frequentar a creche, na relação com outras crianças e no comportamento com os adultos, das atividades desenvolvidas pela creche, da relação estabelecida com as educadoras e auxiliares, os pais e as mães construíram um conhecimento sobre a positividade da creche, que passou a integrar a constelação de conhecimentos sobre a educação da criança de 0 aos 2 anos (Santos, 2000).

Esta positividade está ancorada na crítica a dois pilares modernos fundamentais sobre a relação mulher-criança: ao espaço privado como o lugar privilegiado de educação da criança de 0 aos 2 anos; e à relação diádica entre mãe e filho (ou adulto-criança) como a mais importante para um desenvolvimento saudável da criança. Nos discursos analisados, a relação entre as racionalidades que configuram as relações de género nas formas de vida que se instituem nas famílias e o novo conhecimento em construção sobre a creche e a educação da criança dos 0 aos 2 anos, propicia e fundamenta novas racionalidades sobre a infância e a criança, ao mesmo tempo que permite reforçar a nova conceção de parentalidade. Para as mulheres entrevistadas, no conflito que vivenciam na experiência de ser mãe e trabalhadora, a crítica aos dois pilares referidos, atenua a sua culpa e justifica

a sua escolha, na medida em que a creche se revela como um espaço público e coletivo legítimo para a educação das crianças muito pequenas.

A legitimidade e a positividade da creche estão sendo construídas na interpelação entre diferentes racionalidades, nomeadamente entre os discursos que pretendem naturalizar as relações sociais, os discursos elaborados na luta das mulheres por igualdade e os discursos instituídos pela prática social, inscrevendo seus interesses e problemas na esfera do direito. Mas se os direitos das mulheres criaram a legitimidade do direito à creche, o sentido educativo da creche que lhe confere positividade vem sendo construído pela ação das crianças de 0 aos 2 anos, através da sua capacidade de estabelecer e manter relações significativas com seus pares e com outros adultos, para além da mãe. Os discursos dos pais e das mães revelaram a descoberta da criança competente que vem sendo igualmente constituída nos discursos científicos recentes.

Da necessidade de guarda das crianças, passando pela preocupação com o futuro sucesso educativo na trajetória escolar, os discursos dos pais e das mães sobre a creche sublinham e destacam a importância da convivência entre pares como fundamento para a valorização do espaço coletivo que a creche proporciona e dinamiza. A dimensão da convivência com outras crianças foi a mais referida na construção da nova conceção de criança, uma vez que foram percebendo que, no contexto coletivo, as suas capacidades relacionais orientavam suas ações e suas aprendizagens e revelavam o seu jeito de ser e estar com os outros. A referência às dificuldades na relação com outras crianças e com outros adultos, encontradas pelas crianças criadas em ambiente doméstico por um único adulto, seja a mãe, a avó, a ama ou a empregada doméstica, sugerem que as crianças dos 0 aos 2 anos constroem sistemas de sociabilidade próprios, diferenciados em função dos elementos do contexto.

A maior parte dos pais e das mães passou a reconhecer o papel socializador da creche – onde se entrelaçam sociabilidades adultas e infantis – e seu impacto no desenvolvimento da identidade e autonomia das crianças, bem como a necessidade de criação de contextos educativos capazes de oferecer às crianças condições para o seu desenvolvimento cognitivo e afetivo. A construção do educativo, nas palavras das mães e dos pais, remete para a importância do desenvolvimento dos processos de sociabilidade entre crianças e com os adultos para o desenvolvimento físico, afetivo e cognitivo da criança.

No discurso das educadoras, o educativo tem sido igualmente construído pela prática profissional, dado que a formação não tem oferecido as bases necessárias para o desenvolvimento do trabalho. Tem sido no confronto entre a formação recebida, aliada à política adotada para a educação dos 0 aos 2 anos, e os desafios colocados pela prática quotidiana e pela necessidade de afirmação profissional, que as educadoras vão elaborando um projeto educativo, como mostram os relatos que se seguem:

> No princípio foi um bocado assim, a sentir-me muito... chegar a casa e, não é desiludida e não digo desmotivada, mas é dizer assim, eu hoje só tirei cocós, eu não fiz mais nada senão mudar fraldas, eu hoje não fiz mais nada senão pô-los a dormir, dar de comer e mudar fraldas. Depois a partir do Natal, já se começa a caminhar um bocadinho, porque até ao Natal anda-se naquela fase de adaptação, porque eles vieram dos bebés, vamos começar a trabalhar e ensiná-los a sentar, conseguir pegar no lápis e fazer uns rabiscos. Depois do Natal já se começa a caminhar mais um bocadinho até ao final do ano. Mas até ao Natal cheguei em alturas de chegar a casa e pensar, eu hoje não fiz nada, que é que eu fiz? Mudei fraldas (risos), dei almoço, dei papa, coloquei-os a dormir, acordei-os e passei o dia nisso. A gente sente-se um bocado assim, embora é mãe, é nosso trabalho de mãe. Com um bocado de pedagogia, tentamos, não é? Mas não deixa de ser isso. Se calhar, este ano se eu passar para os bebés, aí é que eu vou sentir uma diferença maior (educadora Amanda).

> Que toda gente entenda que isto se existe, é porque é necessário, então se isso é necessário temos que proporcionar ao máximo, estas dez horas que estamos abertos, temos que proporcionar espaços de alegria, de afetividade, de aprendizagem, mas tudo muito lúdico ... A creche é assim, é pegar uma saca plástica e vamos às compras e trabalhamos a matemática. Pomos coisas lá dentro e temos a saca cheia e eles nem sabem que é atividade de matemática e eu nem preciso dizer, trabalhamos o raciocínio, a aprendizagem é feita pela brincadeira (educadora Carolina).

A recusa do papel de substituta materna impõe às educadoras a procura de uma definição do seu papel no interior de uma relação naturalizada. No espaço da creche, a criança de 0 aos 2 anos transforma-se em sujeito/objeto da intervenção educativa, mas as educadoras não encontram na teoria educacional a referência e os conhecimentos necessários para a qualificação de sua atuação e a definição do seu papel, devido à dificuldade do campo educativo em elaborar conhecimento sobre o que desde sempre esteve restrito à esfera do natural e do não questionável.

Do ponto de vista do discurso científico sobre a formação de uma cultura de pares em espaços coletivos, a convivência e a brincadeira entre coetâneos proporciona "envolvimento mútuo, interações verbais e diálogo, a criação de regras e a representação de papéis (hierárquicos, reversíveis, complexos), a oportunidade de fazer amigos e a aprendizagem de uma ordem social e, portanto, de relações desiguais de poder e contrapoder" (Almeida, 2011, p. 165). A mudança nos objetivos e funções da creche e a construção de uma pedagogia para os mais pequenos tem sido orientada

pela observação e pelo estudo do contexto e das relações entre crianças e dessas com outros adultos, em espaços coletivos na esfera pública.

No encontro das crianças de 0 aos 2 anos com o mundo, através da creche, a infância como um tempo de direitos e a criança como sujeito e protagonista, vêm sendo legitimados pelos discursos, até agora não considerados como válidos na discussão da política de creches, que em Portugal continua fortemente informada pelas conceções assistencialistas e custodiais, assumindo um caráter mais preparatório quando referenciado na teoria educacional.

O que se percebe é um duplo movimento por parte dos pais e das educadoras em direção à qualificação das experiências realizadas na creche. Os pais pela via da valorização de experiências qualitativamente diferentes daquelas do ambiente doméstico, considerado limitado para o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo da criança. As educadoras pela necessidade de um reconhecimento do seu trabalho como profissional, distinto do cuidado materno. As suas formas de descrever o mundo possuem a virtualidade de inventar novas regras para a vida em sociedade, quando enunciam outros valores e novas aspirações que ultrapassam as fronteiras reais e simbólicas do conhecido e do estabelecido e projetam e descortinam outros horizontes e alternativas possíveis.

Em jeito de conclusão: a creche em tempos de democracia

A criança na creche vem contribuindo para a construção de novos discursos sobre os direitos da criança de 0 aos 2 anos, dos quais se destaca o direito à educação. De acordo com Sarmento (2004), as atuais condições de existência das crianças são mais complexas, onde se destacam mais o controlo que sobre elas é exercido do que a autonomia que conquistam, a falta de reconhecimento do estatuto de atores sociais às crianças e tornou-se mais sutil a recusa às crianças do exercício da cidadania. Porém, o autor chama a atenção para situações emergentes nas quais as crianças acrescentam elementos novos e distintos aos seus comportamentos e culturas (Pereira, 2007).

No caso da mudança do lugar atribuído às crianças dos 0 aos 2 anos pela modernidade, pode-se argumentar que a criança foi sujeita a um novo lugar pela conquista de novos direitos pelas mulheres, especialmente ao trabalho. Entretanto a (improvável) capacidade de socialização revelada pelas crianças de 0 aos 2 anos, em contextos coletivos, demonstrou que o brincar expressa e confirma a ação social das crianças e as constitui como membros da cultura.

Nesta perspetiva, a creche está sendo configurada como um espaço de construção da(s) ordem(ens) social(ais) das crianças definida por Ferreira (2004) como

> uma rede de identidades e relações sociais de um conjunto de indivíduos que produzidas através de atividades situadas, se alicerça(m) em regras de ação, denotativas de conceções e valores, e que, interpondo-se entre os sujeitos, os objetos e as situações, permitem a coordenação das suas interações, a regulação das relações e, portanto, também o seu julgamento e sanção. (p. 95)

A(s) ordem(ens) instituinte(s) da(s) criança(s) e o mundo social que lhe(s) corresponde está(ão) referenciada(s) a determinados padrões de ação e de comunicação em atividades e relações onde intervêm variáveis de género, idade, classe social, e promovem a conexão entre os indivíduos e os universos dinâmicos dos discursos e das experiências. Neste sentido, reconhecer o direito da criança de 0 aos 2 anos de idade à educação significa reconhecer a infância como categoria social legítima e as crianças como protagonistas na gestão da heterogeneidade dos seus ofícios, papéis, identidades e posições sociais na articulação com outras ordens sociais (Ferreira, 2004).

A cidadania das crianças de 0 aos 2 anos só pode ser entendida para além da definição liberal de democracia como regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais e onde a cidadania é reduzida a um regime político eficaz, tendo sua expressão máxima no processo eleitoral. Na definição adotada neste trabalho, a democracia "surge como único regime político realmente aberto às mudanças temporais, uma vez que faz surgir o novo como parte de sua existência e, consequentemente, a temporalidade como constitutiva de seu modo de ser" (Chauí, 2008, p. 68).

A criação dos direitos confere legitimidade ao conflito, uma vez que os novos direitos expressam a conquista de igualdade pelos desiguais que, entrando no espaço público, reivindicam a sua participação nos direitos já existentes, mas sobretudo agem no sentido de criar novos direitos, "que não são novos simplesmente porque não existiam antes, mas são diferentes porque fazem surgir, como cidadãos, novos sujeitos políticos que os afirmaram e os fizeram ser reconhecidos por toda a sociedade" (Chauí, 2008, p. 68).

A mudança política experimentada pela sociedade portuguesa não se restringiu à mudança do regime do governo. A sociedade vem instituindo novos direitos – das mulheres e das crianças – que os afirmam como sujeitos políticos e, portanto, como cidadãos. O direito das crianças de 0 aos 2 anos à educação vem se constituindo como uma criação social, cuja falta de reconhecimento legal tem significado a negação da cidadania e do direito das crianças a promover seu próprio desenvolvimento.

Os direitos em construção são reveladores de outras linguagens e de outras práticas que descrevem o mundo do seu ponto de vista e dos seus interesses e legitimam novas racionalidades que informam novas formas de vida, reconfiguradoras dos valores e das conceções sobre a mulher, a maternidade, o trabalho feminino, a creche, a infância e a criança e sua educação e constituem um património de saber

a ser considerado e integrado na constelação de conhecimentos que importa considerar nas definições da política pública de educação das crianças de 0 aos 2 anos.

Referências bibliográficas

Aboim, S. (2011). Vidas conjugais: Do institucionalismo ao elogio da relação. In J. Mattoso & A. N. Almeida (Eds.), *História da vida privada em Portugal*: *Os nossos dias* (pp. 80-11). Porto: Círculo de Leitores e Temas e Debates.

Almeida, A. (2011). Os mundos da infância: Olhares, espaços e personagens. In J. Mattoso & A. N. Almeida (Eds.), *História da vida privada em Portugal*: *Os nossos dias* (pp. 142-173). Porto: Círculo de Leitores e Temas e Debates.

Bertaux, D. (2010). *Narrativas de vida: A pesquisa e seus métodos.* Natal: EDUFRN & São Paulo: Paulus.

Chauí, M. (2008). Cultura e democracia. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, *1*(1), 53-76.

Correia, J. A. (1998). *Para uma teoria crítica em educação.* Porto: Porto Editora.

Ferreira, M. M. (2004). Do "avesso" do brincar ou... as relações entre pares, as rotinas da cultura infantil e a construção da(s) ordem(ens) social(ais) instituinte(s) das crianças no jardim-de-infância. In M. J. Sarmento & B. Cerisara (Orgs.), *Crianças e miúdos: Perspetivas sociopedagógicas da infância e educação* (pp. 55-104). Porto: Asa Editores.

Lessard-Hébert, M., Gouette, G., & Boutin, G. (2010). *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas* (4ª Ed.). Lisboa: Instituto Piaget.

Pereira, M. F. (2007). *Idealizar a vida, gerir o presente e projetar o futuro: o governo da infância nos discursos em formação inicial de professores.* (Tese de doutoramento). Universidade do Porto. Porto

Rago, M. (1998). Epistemologia feminista, género e história. In J. Pedro & M. Grossi (Orgs.), *Masculino, feminino, plural* (pp. 1-16). Florianópolis: Ed. Mulheres.

Ranciére, J. (1996). *O desentendimento: Política e filosofia.* São Paulo: Editora 34.

Rorty, R. (1994). *Contingência, ironia e solidariedade*. Lisboa: Editorial Presença.

Santos, B. S. (2000). *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência.* Porto: Edições Afrontamento.

Sarmento, M. J. (2004). As culturas da infância nas encruzilhadas da Segunda Modernidade. In M. J. Sarmento & B. Cerisara (Orgs.), *Crianças e miúdos: Perspetivas sociopedagógicas da infância e educação* (pp. 9-34). Porto: Asa Editores.

Telles, V. S. (1992). A experiência da insegurança: Trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. *Tempo Social*: *Revista de Sociologia da USP*, *4*(1-2), 53-93.

Vieira, M. M. (2011). Aprendizagens, escola e a pedagogização do quotidiano. In J. Mattoso & A. N. Almeida (Eds.), *História da vida privada em Portugal*: *Os nossos dias* (pp. 174-207). Porto: Círculo de Leitores e Temas e Debates.

Wall, K. (2011). A intervenção do Estado: Políticas públicas de família. In J. Mattoso & A. N. Almeida (Eds.), *História da vida privada em Portugal*: *Os nossos dias* (pp. 340--374). Porto: Círculo de Leitores e Temas e Debates.

Day Care Services, Gender Equality and Children's Right to Education

Abstract

This article presents the general conclusions of a doctoral thesis, in which the social issue of working women with children aged 0 to 2 years old was problematized, concerning the custody and education of their children. Considering the changes in the status of women and children's lives, the day care institution was deemed to be a space for the social practices of families, for the professional practice of educators and one of the spaces where a new culture of childhood and its socialization is built. The statements of educators and parents were analyzed, revealing an ongoing process of building new languages that have been affirming the educational character of the day care service, as well as reconfiguring the conceptions of motherhood, women's work, fatherhood, childhood and 0 to 2 years old children's right to education.

Key-words: childhood education; gender equality; day care services and citizenship

Guardería, la Igualdad de Género y el Derecho de los Niños a la Educación

Resumen

Este artículo presenta las conclusiones generales de una tesis doctoral, donde se ha problematizado la cuestión social de la mujer trabajadora con hijos y hijas de 0 a 2 años de edad, en lo que respecta la custodia y educación de estos niños. Considerando las transformaciones en la condición femenina y en la vida de los niños, la guardería fue entendida como un espacio para las prácticas sociales de las familias, para el ejercicio profesional de los educadores y como una de las áreas de construcción de una nueva cultura de la infancia y su socialización. Se analizaron los discursos de los educadores, de los padres y de las madres, que revelaron un proceso continuo de construcción de nuevos lenguajes que afirman el carácter educativo de la guardería, así como van aportando nuevos conceptos de maternidad, de trabajo femenino, de paternidad, y del derecho a la educación para los niños con edades entre los 0 y 2 años.

Palabras clave: educación infantil; igualdad de género; guardería; ciudadanía